

O MOVIMENTO  
ESCOLANOVISTA NO  
ENSINO PRIMÁRIO  
SERGIPANO: nuances  
entre grupos escolares e  
escolas isoladas

Márcia dos Santos Bomfim\*

THE NEW SCHOOL  
MOVEMENT IN PRIMARY  
EDUCATION OF SERGIPE:  
nuances between school  
groups and isolated schools

RESUMO

O presente artigo retrata um estudo do movimento da Escola Nova no Brasil, delineando a implantação de suas concepções no ensino primário do estado de Sergipe. Nesse sentido, analisa-se os modelos de escolas primárias existentes no estado, sua composição e deficiências, assim como a adequação das teorias e práticas estudantis que permearam a escola primária durante a terceira década do século XX, além de evidenciar as diferenças entre grupos escolares e escolas isoladas, observando também as práticas escolares destacando a questão do civismo na cultura escolar. Para a realização deste trabalho, foram tomados como fontes relatórios de diretores escolares e inspetores de ensino encaminhados a Instrução Pública de Sergipe, além da discussão de uma ampla bibliografia acerca da educação primária no Brasil.

**Palavras-chave:** Escola Nova, grupos escolares, escolas isoladas.

ABSTRACT

This article shows a study of the New School movement in Brazil, outlining the implementation of its concepts in primary of state Sergipe. Accordingly, the models of primary schools in the state were analyzed, their composition and disabilities, as well as the adequacy of theories and practices that permeated the primary school during the third decade of the twentieth century, and also to evidence the differences between groups of schools and isolated schools, noting also school practices, highlighting the issue of civility in school culture. For this work were taken as sources reports school principals and inspectors of education directed to Public Instruction of Sergipe, beyond the discussion a wide literature about primary education in Brazil.

**Keywords.** New School, school groups, isolated schools.

\* Aluna do Curso de Especialização em Ensino de História pela Faculdade São Luís de França. Licenciada em História pela Faculdade José Augusto Vieira e professora da rede municipal de ensino de Simão Dias/SE. Contato: bonfimmarcia@hotmail.com

## O MOVIMENTO ESCOLANOVISTA

Durante a Primeira República, o ensino primário se destacou nos discursos da intelectualidade política, no sentido de transmitir para a sociedade as alterações em relação ao sistema monárquico, na perspectiva de implantar os grupos escolares nessa fase da escolaridade e com eles as concepções pedagógicas e políticas vislumbradas na época. Logo, a escola passou a ser vista como elemento de resolução dos problemas da sociedade, até então vista como “atrasada”, em função dos problemas sociais, a exemplo do alto índice de analfabetismo.

O contexto socioeconômico e político em que a educação primária se concebeu na década de 30 do século XX, é destacado em meio ao desenvolvimento industrial, passando pelas transformações da sociedade e também pelas suas carências em relação às questões sociais, pelas crises políticas num movimento oscilatório entre o período de democratização e regime autoritário. Esses fenômenos foram uma constante, ocasionando a quebra e retorno de correntes políticas ideológicas na sociedade impregnadas nas instituições e movimentos políticos sociais, que ocasionaram uma série de sensações contraditórias de seguranças e inseguranças.

Num momento anterior, se priorizou pela construção dos suntuosos prédios dos grupos escolares, sendo que esse movimento perdurou até a década de 30 do século XX, seguindo os ideais da Escola Nova. A partir dessa fase, o movimento ganhou força e os objetivos se concentraram na democratização da oferta do ensino. Esse período configura-se como o cenário de introdução e desenvolvimento de novas formas de conceber a educação primária.

É possível perceber essas transformações no estado de Sergipe, em relatório apresentado pelos inspetores de ensino ao diretor da Instrução Pública em 1932. Tal documento já denotava sinais do ensino baseado em métodos inovadores defendidos pelos escolanovistas nesse período.

Não houve professora, a quem não tivesse orientado a respeito dos processos de ensino – que fazem da atividade interessada da

criança o eixo em torno do qual gravita todo o trabalho escolar. A todas aponte o papel do mestre moderno, - que é o de despertador do interesse, “não somente, diz Fernando de Azevedo, como fonte estimuladora da atividade, mas também como disciplina de escola de trabalho.<sup>1</sup>

Nesse sentido, percebe-se a sintonia que o ensino primário sergipano se encontrava com as demandas educacionais do país naquele momento, visto que no ano de divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932, as concepções educacionais dos sergipanos se encontravam em pleno vapor para a efetivação nas salas de aula.

Esse movimento educacional foi aceito também nesse período por ser considerado o mais democrático durante o governo Vargas, pois após a imposição do Estado Novo, as ideias escolanovistas foram um pouco abandonadas, uma vez que a ideia de liberdade e democracia defendida por essa corrente estavam em pleno desuso no regime ditatorial.

É importante verificar que a implantação dos grupos escolares como monumentos que impressionavam pela sua formosura arquitetônica, custou caro à Instrução Pública e não pode ser acessível a toda a população ficando estas imponentes construções apenas nos maiores centros urbanos. A partir do período em estudo, essa temática já era vista como algo que não deu certo por não ter resolvido os problemas emergenciais da educação brasileira. Como afirma Souza e Faria Filho,

A qualidade dos prédios escolares-beleza, imponência e exuberância -, marco relevante do investimento público em educação, não predominou em todas as regiões do país e nem mesmo nos estados de São Paulo e Minas Gerais. À exceção de uns poucos edifícios considerados verdadeiros “palácios” prevaleceram

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Florival de. *Relatório apresentado ao diretor geral a Instrução Dr. Helvécio de Andrade pelo inspetor do 3º Distrito, Florival de Oliveira em 26 setembro de 1932*. Aracaju. Arquivo Público de Sergipe.

edificações modestas com poucas diferenciações internas além das salas de aula. Registram-se ainda, a precariedade e a insuficiência dos prédios, problema acentuado no ensino primário em todo o país.<sup>2</sup>

Com base no contexto histórico brasileiro da época, percebe-se um país de característica agrícola em fase de implantação da indústria nas áreas urbanas. Nas cidades, a industrialização se apresentava de forma mais substancial na região Sudeste do país. Diante desse contexto, os grupos escolares se configuraram em instituições que tiveram o papel de alfabetizar a nação atrasada, mas que não foram ampliados às necessidades educacionais da população.

No entanto, registra-se a implantação de várias instituições escolares a partir do governo Vargas, pois, apesar de o país ter passado por um período de ditadura, a alfabetização ganhou força a partir dos anos trinta, e isso está relacionado ao processo de industrialização pelo qual o Brasil passava. De acordo com Pinheiro, “A ampliação da oferta da educação escolar primária, o combate ao analfabetismo, a criação de um sistema de educação nacional eram temas centrais nos discursos da elite política, econômica e intelectual brasileira.”<sup>3</sup>

Nessa nova faceta que a educação primária do país passava, as concepções dos escolanovistas foram de suma importância para inculcar na cultura escolar um novo aspecto ou ao menos introduzir a tentativa de conceber uma maneira de ensinar pautada não mais em apenas decorar lições, mas, levar o aluno a refletir e interpretar questões importantes de seu cotidiano, além de priorizar pela democratização do ensino público.

---

<sup>2</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*, (org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 36.

<sup>3</sup> PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. *Da Era das cadeiras isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: USF, 2002. p.185-186.

O Manifesto, em sua primeira versão, fazia coro com uma argumentação convencida do caráter inconcluso da República e, ainda que com contradições, sinalizava que a disseminação da escola pública deveria ser considerada o dado ausente, a lacuna a ser preenchida.<sup>4</sup>

A concepção de ensino dos pioneiros da educação nova foi amplamente disseminada até o período do Estado Novo. Com o golpe, as discussões foram arrefecidas em função das pressões do governo. A publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, e a presença de intelectuais desse movimento no Ministério da Educação e Saúde, ou nas Secretarias de Educação e Saúde dos Estados, contribuíram para a expansão do ensino no Brasil.

A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 e a presença nele do educador escolanovista M.B. [Manoel Bergstrom] Lourenço Filho por mais de 40 anos em diversos cargos técnicos asseguraram a disseminação das propostas a todo o território nacional, ainda que a semântica da Escola Nova não fosse única e as disputas com educadores católicos fossem acirradas, particularmente depois de 1932.<sup>5</sup>

É relevante que se chame atenção para o fato de que, se os escolanovistas defendiam a laicização do ensino, a garantia de oferta deste por parte do Estado, a democratização da educação e a sistematização do ensino, essas teses, efetivamente, não agradava a Igreja Católica, grande detentora de instituições de ensino particular. A citação acima sinaliza

<sup>4</sup> FREITAS, Marcos César de. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. (orgs.). 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 178.

<sup>5</sup> VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo História (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: grupos escolares em foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 11.

o cenário de disputas entre escolanovistas e católicos, por defenderem propostas educacionais divergentes.

Com as alterações no quadro político, ocorreu euforia para a democratização do ensino, verificando-se, nesse período, a construção de muitos prédios escolares no país a fim de alfabetizar a infância, compondo um sistema articulado de edifícios para atender as demandas e necessidades na aparelhagem física do ensino.

No primeiro momento (anos 1910-1930), a criação dos colégios elementares e a institucionalização da escola seriada implicam o esforço de criação e legitimação de um modelo para o ensino primário gaúcho. Já num segundo momento (anos 30-50), verificou-se a busca por institucionalizar a modernidade pedagógica, o que foi feito, sobretudo, pela criação de estruturas burocráticas no próprio aparelho de Estado..<sup>6</sup>

Apesar da relativa homogeneidade na implantação da escola primária como projeto modernizador e desenvolvimentista em função das necessidades educacionais impostas também pelo processo de industrialização no país durante o regime republicano, os estados mantiveram suas singularidades, tendo em vista os aspectos culturais e socioeconômicos de cada região. Porém, o estado sergipano também investiu nas novas concepções pedagógicas, ainda que teoricamente, pois a proposta de ensino baseada no aluno como ponto central do ensino e do despertar do interesse do mesmo foi mantida como resalta relatório encaminhado à Instrução pública.

Não vejo motivos para que não avancemos no caminho em que nos lançaram os anseios por uma educação primária calcada em concepções pedagógicas que os melhores povos do mundo

---

<sup>6</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*, (org). Op. cit. p. 35.

abraçam. Com persistência, esforço e boa vontade tudo conseguiremos, mesmo porque uma reforma de ensino pondera a palavra autorizada de Francisco Campos, não é obra de prestigitação. Só não acham bom o ensino como nos queremos - as professoras que só sabem tomar lições de cór, a tantas linhas por dia; que só admitem escola eficiente com alunos carregados de livros.<sup>7</sup>

O documento enfatiza bastante a questão do método como forma de inculca-lo no ensino sergipano, visto que o inspetor de ensino ressalta a importância do mesmo para o desenvolvimento da educação, para a efetivação da alfabetização e para o cumprimento dos objetivos da escola, ao mesmo tempo em que critica questões de decorar e acúmulo de conteúdos através de tantos livros, ainda postos em prática por professoras.

Nesse sentido, o desenvolvimento da educação primária deveria estar pautado na efetivação do método baseado no despertar do empenho das crianças nos estudos. O relatório descreve ainda, o modelo de ensino americano, já que os membros da Escola Nova tinham como referencial o americano John Dewey. Logo, se verifica a concepção da educação sergipana em consonância com o arquétipo nacional e mundial.

## NUANCES ENTRE GRUPOS ESCOLARES E ESCOLAS REUNIDAS

Apesar de existir toda uma concepção de educação baseada no modelo moderno, da vontade de democratizar a educação, é preciso observar que as deficiências do ensino primário eram imensas e gritantes, e mesmo com a instalação de novas escolas ainda não se conseguia chegar ao modelo desejado pelos idealizadores da Educação Nova, pois a realidade ainda estava distante dos anseios que se queria alcançar, e nem todos os espaços escolares condiziam com o ideal que permitisse a dignidade que as crianças e profissionais da educação mereciam. As

---

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Florival de. *Relatório apresentado ao diretor geral a Instrução Dr. Helvécio de Andrade pelo inspetor do 3º Distrito, Florival de Oliveira em 26 setembro de 1932*. Aracaju. Arquivo Público de Sergipe.

escolas isoladas funcionando em casas alugadas, garagens ou casas dos próprios professores ainda permaneciam.

Um fator de destaque na observação da educação primária é a maneira como se concebia o ensino nos grupos escolares e escolas isoladas. As diferenças começavam pela estrutura física, profissionalização das docentes e atenção dada pelas autoridades competentes a essas instituições de ensino. Essa realidade pode ser percebida em relatório encaminhado à Instrução Pública, quando a descrição das escolas isoladas na maioria das partes se apresentava problemática: carente de recursos, de profissionais capacitadas ou empenhadas com o exercício da docência, de estrutura física, além de falta de assiduidade dos alunos principalmente na época do inverno quando as crianças tinham que ajudar os pais na lavoura.

Realizei a inspeção das escolas nº 1 e 3, esta com sede no povoado Geru e a aquela na cidade. A professora da nº 2, d. Francisca Rocha Ferreira, estava mais uma vez em gozo de licença para tratamento de sua sempre alterada saúde. A do povoado Geru assumira o exercício poucos dias antes da minha visita e achava-se instalada numa sala microscópica. - Vila Cristina – Foram visitas as escolas da vila (eixo feminino) e dos povoados Umbaúba e campinhos (nº 1, 3 e 4). A professora nomeada para dirigir a nº 2 d. Maria Ana Sander, não havia assumido ainda, o exercício. A frequência da escola de Campinhos é de (1) aluna. Há cinco (5) alunos de matrícula, mas no papel, apenas, pois quatro (4) já abandonaram não só a escola como o povoado. A frequência das outras escolas também não é boa.<sup>8</sup>

Os relatórios seguem apresentando sempre as deficiências quando se menciona as escolas isoladas, sendo que em alguns casos refere-se

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Florival de. *Relatório apresentado ao diretor geral a Instrução Dr. Helvécio de Andrade pelo inspetor do 3º Distrito, Florival de Oliveira em 26 setembro de 1932*. Aracaju. Arquivo Público de Sergipe.

elogiando uma ou outra professora, e mostrando a pouca importância que outras dão ao ensino ou mesmo a falta de profissionais para ocupar o trabalho docente, denunciando também as carências na aparelhagem do sistema de educação. Ressalta também as dificuldades de trabalho das professoras, seja em questões de material de trabalho, dos espaços inadequados ou da frequência dos alunos. Nessas condições o ensino se demonstrava com a falta de todo aparato necessário às boas condições, pois apesar das concepções dos estudiosos da Escola Nova estar em vigor, os recursos e investimentos na educação primária ainda eram insatisfatórios.

Nesse sentido, os alunos das escolas isoladas saíam prejudicados fazendo um comparativo com os dos grupos escolares, pois estes tinham todo aparato que contribuía para a efetivação de um trabalho mais detalhado e organizado. O mesmo relatório demonstra essa situação, uma vez que, a referência feita a eles é de organização e de trabalhos dentro da normalidade, além de enfatizar positivamente o trabalho das docentes, o que se destaca como negativo em todos os documentos desse tipo, sendo em escolas isoladas ou grupos escolares, é a carência de material pedagógico. O relatório do grupo escolar Sívio Romero, em Lagarto, confirma essa afirmação.

Nenhuma alteração tem sofrido o período escolar. O material pedagógico se acha bem conservado, não sendo entretanto, ainda suficiente para o desenvolvimento da escola moderna. Os livros da escrituração estão com as notas em dia. As aulas começam as nove e terminam às 13 horas.<sup>9</sup>

O comparativo entre grupos escolares e escolas isoladas fica ainda mais distante quando se trata das festas cívicas, uma vez que os documentos nunca citam tais eventos nas escolas isoladas.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Florival de. *Relatório apresentado ao diretor geral a Instrução Dr. Helvécio de Andrade pelo inspetor do 3º Distrito, Florival de Oliveira em 26 setembro de 1932*. Aracaju. Arquivo Público de Sergipe.

Em escolas isoladas ou grupos escolares o currículo esteve dentro da perspectiva do regulamento do ensino do estado, porém, nestes últimos, as práticas cívicas estiveram mais atenuadas e organizadas de forma a impressionar a população e inculcar de forma mais contundente o patriotismo nas crianças, pois o espaço físico, a organização do aparelho escolar e as festas que tiveram a oportunidade de organizar, com toda uma estrutura lhes permitiram a efetivação dessas práticas.

Já as escolas isoladas não tinham uma estrutura que admitisse tais métodos de ensino do acirrado civismo, a exemplo dos desfiles e da organização em classes separadas de acordo com o grau de desenvolvimento dos alunos, visto que em geral funcionavam em salões com todas as turmas juntas, além de estarem mais concentradas na zona rural ou nos povoados.

A integração de escolas isoladas, em escolas reunidas ou grupos escolares, provocou mudança nos currículos da escola primária brasileira. Sobre essa nova realidade do currículo, Rosa Fátima e Faria Filho, são contundentes em afirmar que no jogo entre permanências e mudanças, é importante atentar para a estabilidade das práticas. Nesse sentido, abre a possibilidade para se analisar a história das disciplinas escolares e a história do currículo, observando os conteúdos e métodos de ensino.<sup>10</sup>

Dentro dessa perspectiva, é possível observar as diferenças, as deficiências, avanços e retrocessos, ocorridos no ensino primário sergipano por ser oferecido em duas categorias distintas de espaços físicos e institucionais: os famosos e estruturados grupos escolares, e as atrasadas escolas isoladas. Mesmo com suas carências esses tipos de instituições escolares constituíram-se em espaços de implantação de novos métodos de ensino e lugares de alfabetização da sociedade.

---

<sup>10</sup> SOUZA, Rosa Fatima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da História do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: Cultura primaria e escolarização da infância no Brasil ( 1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 40.

## CURRÍCULO E FESTAS CÍVICAS

Durante a trajetória da escola primária no Brasil Primeira República, o currículo estava pautado no objetivo de imprimir nas crianças a moral cívica e patriótica que sempre esteve presente, sobretudo nos períodos ditatoriais, cujo desejo de formar um sentimento de nacionalidade era uma constante. Essa ênfase consistia em incorporar na formação da sociedade brasileira, cidadãos comprometidos com a nação, no exercício seus deveres, como assegura Bencostta.

Em outros momentos, como os de expansão e consolidação dos grupos escolares na realidade educacional brasileira, a oferta de disciplina sofreu modificações singulares, conforme o momento histórico de cada Estado. Porém, ao estabelecer reformas curriculares para o ensino primário, junto à questão da escolarização, estava o desejo de formar bons cidadãos que continuassem fieis e comprometidos com a pátria, independente do regime político à frente no país.<sup>11</sup>

Nesse caminhar de transformações em que o Brasil passava, a concepção de patriotismo e de civismo, desenvolvida através das festas cívicas em comemoração a independência do país, por exemplo, e do enfoque aos símbolos nacionais, a exemplo da execução do hino nacional todos os dias nas escolas como uma exigência assídua, compôs parte da cultura escolar do período.

A cultura escolar configurou-se também como mecanismo de disciplina e estabelecimento de poder através da vigilância dos olhares dos professores e da inspeção escolar exercida nas instituições de ensino e festas da escola; nas práticas como as filas para cantar o hino e rezar, e da exposição de aulas de ensino religioso. Enfim, de todo um aparato

---

<sup>11</sup> BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. (orgs.). ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 75.

de práticas pedagógicas que permitiam o desenrolar de uma rígida disciplina, sobretudo nos grupos escolares.

Esse exercício disciplinar desempenhado nas escolas, principalmente nos grupos escolares, constituiu-se na impregnação da ideologia dominante, como condição de manutenção dos regimes políticos e manutenção desse tipo de formação para a sociedade. Como afirma Foucault:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.<sup>12</sup>

De acordo com o autor, podemos inferir que a sociedade passa por um sistema de controle e está condicionada às concepções dos predominantes, não somente no plano da escola, em sua comunidade ou estado, mas também num plano maior de controle, instituído através do currículo.

No Brasil, essa concepção é mais visível durante os regimes ditatoriais, onde a disciplina como elemento de poder aparece de forma veemente, nas festividades cívicas, no respeito demonstrado pelos símbolos nacionais, na ênfase dada aos deveres dos cidadãos, no controle exercido pelos órgãos que agem na mídia, literatura ou no cinema. Esses elementos foram utilizados principalmente na Ditadura Vargasista.

O corpo de ações educacionais relaciona-se diretamente com o que se considerava importante para a formação do homem republicano, constituindo-se em um conjunto de práticas exercidas na escola conhecida como cultura escolar. De acordo com Dominique Julia, “a

---

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 133-134.

cultura escolar é efetivamente uma cultura *conforme*, e seria necessário definir, a cada período, os limites que traçam a fronteira do possível e do impossível.”<sup>13</sup>

Entretanto, é importante observar que havia resistência dos atores sociais envolvidos na educação. Assim, o professor primário era caracterizado como figura de relativo poder na escola e podia conduzir seus trabalhos a sua maneira, ou mesmo como nos exemplos das escolas isoladas não estar atento ao que as concepções predominantes estabeleciam. Para Julia:

Contrariamente às ideias recebidas, o estudo histórico das disciplinas escolares mostra que, diante das disposições gerais atribuídas pela sociedade a escola, os professores dispõem de uma ampla liberdade de manobra: a escola não é o lugar da rotina e da coação e o professor não é agente de uma didática que lhe seria imposta de fora.<sup>14</sup>

Nesse sentido, Julia evidencia a importância do agente condutor dos trabalhos escolares: o professor. Porém, é necessário atentar para a formação que este agente teve e para o contexto em que esteve inserido, pois tudo isso influencia no modo de conceber a cultura escolar.

Apesar das disciplinas de formação da individualidade, a grade curricular dava ênfase para as tarefas do ler, escrever e contar, devido às necessidades mais urgentes do contexto da época, que não permitia o que alguns escolanovistas sonhavam: a educação em tempo integral. Essa proposta não pôde ser efetivada num campo mais abrangente em função da urgência em trabalhar com a alfabetização das crianças brasileiras e ofertar o maior número possível de vagas no ensino primário.

Solange Zotti salienta que: Segundo pesquisa realizada por J. R. Moreira 70% do tempo disponível eram gastos, no primeiro e no se-

<sup>13</sup> JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista brasileira de História da Educação*. Campinas, SP: Autores Associados. 1º número, 2001. p. 32.

<sup>14</sup> JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Op. cit. p. 33.

gundo ano primário, com o ensino da leitura, da escrita e do cálculo.<sup>15</sup>

A educação primária esteve marcada de progressos e atrasos que constituíram toda a formação de um sistema que teve suas carências e suas qualidades para a efetivação de um ensino que atendesse as demandas da sociedade sergipana, e apesar de suas homogeneidades e singularidades dentro do próprio sistema, dos insuficientes recursos aplicados na educação, contribuíram para a formação do povo sergipano, com os grupos escolares, escolas isoladas e práticas de civismo.

Artigo recebido em 27 de fevereiro de 2013.

Aprovado em 12 de abril de 2013.

---

<sup>15</sup> ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004. p. 120.